

G. Achard-Bayle, M. Guérin, G. Kleiber et M. Krylychin (dir.) Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui) ISBN 978-2-35935-269-6, 16 x 24 cm, 264 pages

Les Éditions Lambert-Lucas

1

Compreensão e interpretação. Interrogações em torno de dois modos de apreensão do sentido nas ciências da linguagem

Patrick Charaudeau

Universidade Paris XIII

CNRS-LCP-IRISSO

### **Introdução**

As noções de compreensão e interpretação são objeto de reflexões aprofundadas no domínio da filosofia. Logo, não se pode tratar dessas noções sem se referir à tradição da hermenêutica. Mas, ao mesmo tempo, como agora há o entendimento de que uma disciplina científica é o lugar geométrico onde se fusionam, segundo seus próprios pressupostos teóricos, conceitos e noções de outras disciplinas, podem-se repensar essas noções no âmbito das ciências da linguagem para torná-las apropriadas.

O que nos propomos aqui, então, é reinterrogar essas noções, inicialmente, passando em revista as definições dos dicionários, e procedendo ao exame do que diz a hermenêutica para considerar quais conhecimentos podem ser aproveitados. Depois, retomaremos a oposição sentido vs significação, discutida desde as origens da linguística moderna, para articulá-la com certas distinções da hermenêutica, de maneira a estabelecer o estatuto categorial dessas noções, o que permitirá, em seguida, descrever as diferentes operações interpretativas, segundo a posição ocupada pelo sujeito interpretante.

## 1. O que dizem os dicionários

O verbo “compreender” que, em sua etimologia, designa a ação de captar um conjunto, de início fisicamente e depois intelectualmente (século XV), pode aplicar-se ao domínio *psicológico* (captação global de uma intenção), ao domínio *lógico* (captação do conjunto de um raciocínio), ou ao domínio *moral* (captação ao mesmo tempo intelectual e afetiva do sentido de um comportamento ou de uma ação (o que se entende pelo termo “empatia”)<sup>1</sup>. O substantivo “compreensão” é então entendido como o resultado global da ação de compreender.

O verbo “interpretar”, originário do latim *interpretari* (*interpretes* = intermediário em negócios), significa “explicar, esclarecer, traduzir, tomar em tal ou qual sentido, compreender o pensamento de alguém” (século XII), e depois, progressivamente, se diferencia, por um lado, em “ação de traduzir de uma língua para outra”, e por outro lado, em “ação de dar / atribuir / extrair um sentido a / de uma coisa” por diversas operações intelectuais (dedução, indução, intuição, transposição artística, o que induziu o sentido de papel teatral)<sup>2</sup>. O substantivo “interpretação” é o resultado da ação de extrair ou dar um sentido a uma manifestação qualquer. Já o dicionário de filosofia de Godin<sup>3</sup> precisa que há diversos tipos de interpretações: a *interpretação psicanalítica* que diz respeito à passagem do latente ao manifesto; a *interpretação clínica* que parte do sintoma manifesto para remontar ao latente; a *interpretação semântica* que designa “o que uma sequência de símbolos pertencentes a uma língua formal significa ou denota a partir das regras constituintes do sistema semântico desta língua”.

Essas definições não permitem distinguir com clareza a relação existente entre compreensão e interpretação, apesar de se entender que a compreensão consiste em um ato global resultativo, e a interpretação em uma série de operações.

---

<sup>1</sup> Cf. Godin, C. (2004).

<sup>2</sup> Rey, A. (1994).

<sup>3</sup> Godin, C., *op. cit.*

## 2. O que diz a discussão hermenêutica

Como se sabe, a hermenêutica nasceu como uma “arte de interpretar os textos”, principalmente aplicada aos textos sagrados ou canônicos em teologia (*Hermeneutica sacra*), em direito (*H juris*) e em filologia (*H profana*), na qual um dos grandes destaques foi Santo Agostinho. A hermenêutica se apresenta como uma filosofia do espírito “no que ele (o espírito) se destaca de seus objetos, no que é colocado em antítese com a natureza, [...] tendendo a conduzir ou uma ordem de conhecimentos, ou todo o saber humano a um número reduzido de princípios diretores[...]”<sup>4</sup>. A hermenêutica se inscreve numa visada antropológica, como diz o filósofo Resweber<sup>5</sup>, ao se perguntar se o “sentido do ser” é alcançável e se depende ou não da atividade de linguagem e de seu contexto histórico.

### 2.1 Os três momentos

Simplificando, houve três grandes momentos de reinterrogação da hermenêutica: (1) o momento em que, com Dilthey<sup>6</sup> e Schleiermacher, a hermenêutica é definida como fundamento metodológico servindo às ciências humanas, as quais são declaradas “ciências da compreensão”; (2) o momento em que, com Nietzsche e Heidegger, é colocado que a hermenêutica não é somente uma metodologia, mas uma filosofia universal da interpretação; com Nietzsche, ao declarar: “Não há fatos, somente interpretações. Não podemos constatar nenhum factum ‘em si’ [...]”<sup>7</sup>, com Heidegger, ao afirmar que a hermenêutica não concerne apenas à interpretação dos textos, mas à própria existência que se vive através de uma pluralidade de interpretações<sup>8</sup>; (3) o momento em que Gadamer, a partir da obra *Vérité et méthode*<sup>9</sup>, desenvolve uma “hermenêutica universal da linguagem” na qual se acha implicado o sujeito interpretante, que é uma hermenêutica da *compreensão*

---

<sup>4</sup> Lalande, A. (1997).

<sup>5</sup> Resweber, J.-P. (2011).

<sup>6</sup> Dilthey, W. (1947).

<sup>7</sup> Nietzsche, F. (1995).

<sup>8</sup> Heidegger, M. (1986).

<sup>9</sup> Gadamer, H.-G. (1996).

*subjetiva*, na qual se fusionam o passado e o presente, através de um dialogismo linguageiro, e também se fusionam o sujeito e o objeto que são impregnados por uma época e por uma linguagem, pois a compreensão é “compreender a si mesmo”.

A partir do posicionamento de Gadamer, desenvolveu-se uma discussão filosófica sucessivamente com Habermas<sup>10</sup>, Ricoeur<sup>11</sup>, Derrida<sup>12</sup> e os pós-modernos Rorty<sup>13</sup> e Vattimo<sup>14</sup>: o que está no centro da discussão, diversamente explicitado, é o estatuto da compreensão, seja como resultado de uma interpretação visando a determinar uma origem de sentido com a presença plena de um sujeito que vive por trás dos signos, seja, como diz Derrida, “a afirmação de um mundo de signos sem erro, sem verdade, sem origem, oferecido a uma interpretação ativa [...]”<sup>15</sup>. Esta última posição será levada ao extremo pelo construtivismo dos pós-modernos para quem: “Nunca compreendemos alguma coisa senão através de uma descrição, mas não há descrição privilegiada. Não há nenhum meio de retornar, por trás de nossa linguagem descritiva, para o objeto em si mesmo” [...]”<sup>16</sup>. A hermenêutica é assim definida como *subjetividade doadora de sentido* na filiação de Nietzsche pela diversidade das interpretações, e de Heidegger pela inscrição na história.

Não entraremos nessa discussão cujas implicações são estritamente filosóficas, e buscaremos, num espírito interdisciplinar, manter o que nos interessa e servir ao nosso propósito.

## **2.2 Da distinção entre compreender e interpretar na hermenêutica**

A distinção entre as noções de *compreender e interpretar* é difícil de determinar. Há, entre os filósofos que se dedicaram a defini-las, posições que se entrecruzam em acordos e desacordos. Schleiermacher, por exemplo, para quem a hermenêutica é uma “arte de compreender” mais do que uma “arte de interpretar”, não diferencia

---

<sup>10</sup> Habermas, J. (1987) e (2001).

<sup>11</sup> Ricoeur, P. (1990) e (1986).

<sup>12</sup> Derrida, J. (1967) e (1984).

<sup>13</sup> Rorty, R. (1990).

<sup>14</sup> Vattimo, G. (1991).

<sup>15</sup> Derrida, J. (1967), p. 427.

<sup>16</sup> Citado e traduzido por Jean Grondin em *L’Herméneutique*. Paris: PUF, 2006. p. 113.

essas noções. Nietzsche, de sua parte, declarando de maneira peremptória que “[...] não há fatos, somente interpretações”, dedica-se principalmente a demonstrar que o conhecimento é sempre o resultado de interpretações múltiplas – o que ele chama de “infinito interpretativo” – e, portanto, sempre relativo, jamais objetivo. Gadamer, por seu turno, nos diz que compreensão e interpretação estão associadas, que a primeira depende de “pré-compreensões” e visa à totalidade de uma obra sem jamais alcançar o “sentido em si”, enquanto a segunda é um momento de aplicação a uma situação particular que seria anterior ao momento da compreensão, sendo que as duas, entretanto, fusionam-se. Ricoeur, que dialogou muito com Gadamer, estima que compreender é tentar articular a interpretação que se apropria do sentido tal como ele se dá à consciência – uma espécie de teleologia do sentido como na exegese bíblica, mas que está aberta a diversas possibilidades de sentido – e o momento interpretativo que põe à distância a experiência imediata do sentido pelo viés de uma *explicação*, como nas ciências exatas. Quanto a Derrida, ele afasta definitivamente a compreensão como explicação totalizante do ser e opõe-se a uma interpretação que procura o *sentido* como origem, presença viva por trás dos signos, o sentido que se imporia ao outro integrando-o a um sistema totalizante, não sabendo se verdadeiramente se compreende o outro.

### **2.3 O que as ciências da linguagem podem tomar emprestado à hermenêutica**

A discussão em torno da hermenêutica deve ser empreendida no campo da reflexão filosófica, uma reflexão especulativa em cujo centro se encontra a questão da verdade e seu eventual estatuto ontológico e a questão do conhecimento de um “em si”, o que Nietzsche recusa. Para ele, “A maneira pela qual os homens apreendem as coisas [...] é, no final das contas, apenas uma interpretação determinada pelo que nós somos e pelas nossas necessidades”<sup>17</sup>. Mas pode-se concluir desses diferentes posicionamentos, inicialmente, que, para a hermenêutica, compreensão e interpretação são uma questão de linguagem que, ao mesmo tempo,

---

<sup>17</sup> Denat, C.; Wotling, P. [org.] (2013), p. 178.

funda o sentido e dá testemunho da responsabilidade do sujeito falante <sup>18</sup>. Em seguida, conclui-se que a *compreensão* é concebida como um resultado, e a *interpretação* como uma atividade. Pode-se também avançar que a linguagem é construtora de um real significante. Com efeito, não estando separado do mundo, mas sendo a própria experiência do mundo, como diz Ricoeur, o sentido não nos é dado, ele é opaco – como o vai repetir Foucault mais tarde – e por isso deve ser interpretado. Isso não quer dizer que os fatos não existam, que não houve tsunami inundando tal vilarejo, que não houve trinta e três vítimas. Isso quer dizer que o que *significam* o tsunami e as vítimas depende da interpretação que se tem a respeito. Por conseguinte, a compreensão que resulta disso como tentativa de objetivação do sentido não representa a *realidade* do mundo, mas o *real significante* que se constrói e é esta a hipótese fundadora da linguística que estabelece que o significado não se confunde com o referente (a realidade), mas seja construtor do sentido deste: a realidade é apenas um dado do mundo, o real é sempre o resultado de uma interpretação.

As posições diferentemente explicitadas por Gadamer, Habermas, Ricoeur e Derrida, são as de que somos “afetados pelo passado e pelo presente” (Ricoeur) através da linguagem, porque “[...] a compreensão não pode ser assegurada pela colocação entre parênteses dos preconceitos, mas somente por uma reflexão sobre o contexto histórico da tradição que liga desde sempre os sujeitos que conhecem a seus objetos” <sup>19</sup>. Essas posições permitem relacionar o contexto histórico da tradição com a posição discursiva, segundo a qual a significação depende da intertextualidade, da interdiscursividade e do saber supostamente compartilhado.

## 2.4 Da compreensão na hermenêutica

Fica evidente que a compreensão é uma totalidade última na qual se fusionam o sujeito e o objeto, o passado e o presente, através da linguagem, e cujo resultado é

---

<sup>18</sup> Está entendido que esses empréstimos se fazem num espírito do que chamamos de “interdisciplinaridade focalizada”, a saber, que as noções e conceitos definidos por outras disciplinas são retomados e redefinidos no âmbito de sua própria disciplina, o que evidentemente muda as definições de origem. Cf. Charaudeau (2010), p. 195-222.

<sup>19</sup> Habermas, J. (1987), p. 246.

uma reconstrução do sentido que reúne uma parte dita *objetiva* na medida em que pode ser compartilhada por todos, e uma outra chamada de *subjetiva* porque procura reconstruir a “individuação inefável” do sujeito falante (Schleiermacher). Isto é dito de maneira diferente por Ricoeur, que procura articular o sentido que se apresenta à consciência de maneira imediata, numa *hermenêutica do pertencimento*, e o sentido que, posto à distância, é o objeto de uma construção crítica, numa *hermenêutica do distanciamento*; e isto é dito ainda de outro modo por Schleiermacher, que distingue uma *compreensão habitual* que se satisfaz do que compreende, mas quase não é significante, e uma *compreensão autêntica* que visa à significação que está inscrita no discurso do outro, seu *sentido* e não sua *verdade*<sup>20</sup>.

Pode-se então manter, no que concerne a compreensão – afastando a questão da transcendência – que ela é, nas trocas languageiras, o momento em que o sujeito receptor tem a impressão de ter recuperado a totalidade do sentido do que é dito, e, por conseguinte, a intenção do sujeito falante que a presidiu. Não se trata de um absoluto. Trata-se apenas da impressão que o sujeito interpretante pode ter dessa intenção.

## 2.5 Da interpretação na hermenêutica

A interpretação, em sua definição, é concebida como uma *atividade de decifração* e de extração do sentido, anterior à construção da compreensão, o que Ricoeur exprime recorrendo à noção de *explicação*: “a explicação é então o caminho obrigatório da compreensão”<sup>21</sup>. Se, como diz Schleiermacher, “quando se compreende, não se interpreta mais”<sup>22</sup> e, se a interpretação é algo de inacabado no momento de aplicação a uma situação particular, como diz Gadamer, é porque a interpretação é anterior à compreensão. Pode-se então, considerar, no que concerne a linguagem, que a interpretação é uma atividade concebida como *condição de construção da compreensão*.

---

<sup>20</sup> Schleiermacher, F. (1989), p. 125.

<sup>21</sup> Ricoeur, P. (1986), p. 110.

<sup>22</sup> Schleiermacher, F. op. cit., p. 173.

Além disso, segundo Nietzsche, não há conhecimento objetivo. O conhecimento nada mais é do que uma interpretação sempre “relativa a uma perspectiva singular”<sup>23</sup>, pois “O mundo, ao contrário, tornou-se de novo, para nós, ‘infinito’: pelo fato de que não podemos refutar a possibilidade de que ele contenha interpretações infinitas”<sup>24</sup>. Assim, se seguirmos Nietzsche, admitiremos que a interpretação é uma *atividade infinita*, “um mundo de signos sem erro, sem verdade, sem origem, oferecido a uma interpretação ativa [...]”<sup>25</sup>; isso atesta que a interpretação é uma atividade relativa à posição do sujeito. E poderemos igualmente manter que existem níveis de interpretação como propõe Schleiermacher, o qual distingue um nível de “*interpretação gramatical*” que visa o conhecimento perfeito da língua, e um nível de “*interpretação técnica*” que opera no processo de reconstrução do discurso<sup>26</sup>, o que abre a questão de saber se há uma hierarquia entre as interpretações.

Manteremos, igualmente, o que os dicionários dizem, a saber, que as interpretações devem ser tratadas diferentemente segundo as disciplinas (*interpretação psicanalítica, interpretação clínica, interpretação semântica*). E acrescentaremos que, no âmbito das ciências da linguagem, as interpretações diferem segundo se proceda a uma análise *filológica* (a busca sobre a história das palavras, suas formas, suas combinações, seus sentidos), *lógica* (busca sobre a organização argumentativa e retórica dos textos), *discursiva* (a busca sobre os saberes circulantes) ou *interacional* (busca sobre as condições das trocas languageiras).

Então só haveria interpretações múltiplas, em que cada descrição não é mais verdadeira que uma outra nem mais conforme à natureza do objeto. Por isso, não se trata de cair na “teoria realista da interpretação”<sup>27</sup> dos juristas que “se baseia na ideia de que um texto permite todas as interpretações; não haveria nenhum meio objetivo de saber se uma interpretação está correta ou não”<sup>28</sup>. Essa teoria, aliás, é criticada pelos próprios juristas. Seguiremos Derrida, o qual julga que as

---

<sup>23</sup> Nietzsche, F. (1997), p. 60.

<sup>24</sup> Nietzsche, F. (1993), p. 245.

<sup>25</sup> Derrida, J. (1967), p. 427.

<sup>26</sup> Cf. Berner, C. (2010), p. 74.

<sup>27</sup> Troper, M. (2001), p. 12.

<sup>28</sup> Hochmann, T. (2017), p. 25 .

interpretações são *a priori* sem hierarquia absoluta, mas com a possibilidade de diferenciá-las, segundo o que Nietzsche chama de sua “potência”, isto é, segundo seu grau de coerência, a qualidade de seus detalhes e o sentido novo que outras interpretações não produziram. Entretanto, a questão permanece não resolvida: saber o que são esses critérios, e quem decide sobre eles.

### 3. Da oposição entre *sentido* e *significação*

Retomemos agora uma questão bastante debatida nos anos setenta do século XX, e depois abandonada, a da diferença entre *sentido* e *significação*. Essa oposição deveria permitir distinguir níveis de interpretação, o que seria uma distinção capital, pelo menos no âmbito de uma análise de discursos. Mas vejamos antes o que diz a hermenêutica.

#### 3.1 Na hermenêutica

A reflexão hermenêutica distingue diferentes níveis de interpretação considerando que o sentido construído não é do mesmo gênero. Schleiermacher, como vimos, distingue uma *interpretação gramatical* que, diz ele, baseia-se na “significação convencional das palavras e das proposições”, e por isso, seria objetiva, e uma *interpretação técnica* que tenta remontar à intenção do sujeito falante, que “deve ser definida como a compreensão perfeita do estilo”, e por conta disso seria subjetiva. Quanto a Gardiner, ele observa que se pode pensar que enunciados como “Chove!” ou “Dois e dois são quatro” contêm o seu sentido, independentemente do sujeito que os pronuncia: toda pessoa que tem conhecimento da língua portuguesa seria capaz de compreender o *sentido* desses enunciados. Entretanto, concluir do primeiro enunciado que é preciso levar um guarda-chuva ou que se deve ficar em casa, é entregar-se à interpretação desse enunciado produzido por um locutor em situação. Gardiner conclui: “[...] é necessário considerar a qualidade frástica particular como uma espécie de sentido”<sup>29</sup>. Ele distingue então

---

<sup>29</sup> Gardiner, A. H. (1989), p. 176.

dois estados na construção do sentido, mas não opõe sentido a significação. Ricoeur, por seu turno, distingue o momento em que o falante *se apropria* do sentido tal qual é dado à compreensão, e a necessidade de *pôr à distância* a experiência imediata do sentido por um trabalho de explicação crítica que denuncia as ilusões da consciência<sup>30</sup> e permite objetivá-la; mas ele não opõe, propriamente falando, duas instâncias de construção do sentido, pois procura se interrogar sobre a verdade, e esta última em sua relação com as coisas.

### 3.2 Em linguística

Na literatura linguística dos anos sessenta, setenta, oitenta, do século XX, a noção de sentido especificou-se progressivamente. De início, procurou-se determinar o *sentido do enunciado*. Este é posto em relação, por um lado, com o sobressai da relação de solidariedade arbitrária entre o significante e o significado em sua tripla dimensão: *estrutural*, pois o enunciado se informa e se semantiza de maneira sistêmica no cruzamento das coocorrências sintagmáticas e das oposições paradigmáticas; *contextual*, na medida em que é investido de sentido por um contexto linguístico que deve assegurar uma certa isotopia; *referencial*<sup>31</sup> na medida em que todo signo se refere a uma realidade do mundo de que constrói a significância<sup>32</sup>.

Após a observação de que o sentido varia segundo os contextos discursivos e as diversas situações de enunciação, num jogo de vaivém entre língua e fala (Saussure) ou língua e discurso (Benveniste), foram operadas diversas distinções. Charles Bally, como bom continuador de Saussure, distinguia o “sentido na língua”, e a “significação na fala”<sup>33</sup>. E, no âmbito de uma análise linguística de orientação semântica, eram propostas diversas distinções: entre um “sentido fundamental” fora de todo contexto, e um “sentido realçado” em contexto (Empton)<sup>34</sup>; entre um “signo-

---

<sup>30</sup> Cf Ricoeur, P. (1986), p. 57; e também a obra de 1969, do mesmo autor.

<sup>31</sup> Benveniste, E. (1966), p. 128, fala neste caso do papel de “designação” do signo.

<sup>32</sup> Cf. Ducrot, O.; Todorov, T. (1972), p. 138.

<sup>33</sup> Cf. Bally, C. (1951).

<sup>34</sup> Ducrot, O.; Todorov, T., *op. cit.*, p. 330.

tipo” e um “signo-ocorrência” (Peirce)<sup>35</sup>; entre “sentido” e “efeito de sentido” (Guillaume, Pottier)<sup>36</sup>; e, para a semiótica, distinção entre um “sentido núcleo” como momento do processo de significância que é anterior à produção semiótica, e a “significação” como “sentido articulado” (Greimas)<sup>37</sup>.

Num terceiro tempo, com o surgimento das teorias da enunciação, após os trabalhos de Benveniste<sup>38</sup>, e o desenvolvimento paralelo da pragmática, com os trabalhos de Austin e Searle, é afirmado que a compreensão das frases não é do mesmo teor segundo sejam consideradas isoladamente ou no contexto discursivo no qual se inscrevem. Não é, pois, a verdade das frases que se procura descrever, mas suas *condições de verdade*. Strawson, em seu artigo “Phrase et acte de parole”<sup>39</sup>, da revista *Langages* dedicada à enunciação, propõe três níveis de sentido: um sentido **A** independente do contexto (dito sentido *proposicional*); um sentido **B** resultante da relação entre o enunciado e a referência que pode, neste nível, ser julgado verdadeiro ou falso; um sentido **C** resultante da interpretação do enunciado inserido em seu contexto. Moeschler e Reboul, no *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*<sup>40</sup>, retomam o conjunto da teoria pragmática apresentando seus diferentes aspectos. Eles assinalam que “há duas etapas na interpretação dos enunciados: a primeira etapa é estritamente linguística, nenhum conhecimento extralinguístico sendo requerido [...]”, e corresponde ao que é chamado de “componente linguístico”; a segunda etapa, que leva em conta todos os elementos do processo de enunciação e os diferentes procedimentos discursivos que intervêm de acordo com as *leis de discurso*, é chamada de “componente retórico”, mas invertendo as denominações. “O tratamento linguístico [da frase] fornece a *significação*”, enquanto “a conjunção da significação da frase e das informações extralinguísticas produz o sentido *do enunciado* [...] característico do componente

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>37</sup> Greimas, A. J.; Courtés, J. (1979), p. 352

<sup>38</sup> Principalmente no artigo “L’appareil formel de l’énonciation”, *Langages*, n° 17, mars 1970, p. 12-18.

<sup>39</sup> Strawson, P.F. (1970), p. 19-33.

<sup>40</sup> Cf. Teorias lineares, teorias em Y, teorias cognitivistas com a versão da pragmática radical, e a da hipótese modularista, em Moeschler, J.; Reboul, A. (1994), p. 38-39.

*retórico*<sup>41</sup>. Para Recanati, em linha direta da filosofia da linguagem e da mente, “Há dois tipos de interpretação que entram em jogo na compreensão dos enunciados: a interpretação das formas linguísticas (*interpretação semântica*) e a interpretação das ações (*interpretação pragmática*)”<sup>42</sup>. A interpretação semântica é então necessária, mas não suficiente, pois ela “não é senão um dos elementos de que o intérprete pode se servir para determinar a intenção comunicativa do locutor e, através desta, o ato de fala realizado”<sup>43</sup>.

#### 4. Da compreensão do sentido à compreensão da significação

Do percurso hermenêutico, entendeu-se que a compreensão é um momento de apreensão global do sentido que resulta de diferentes atividades de interpretação. E é através dessas diferentes atividades de interpretação que se percebe a necessidade de levar-se em conta a presença do sujeito falante, “este sujeito exterior à frase” do qual Foucault se pergunta se “não é simplesmente o indivíduo que articulou ou escreveu?”<sup>44</sup>. Além disso, ao mesmo tempo em que sua presença é colocada, também é colocada a do outro, numa relação de alteridade recíproca, mas não simétrica, o que dá ao ato de comunicação esse caráter inefável que faz com que se possa perguntar se efetivamente se está compreendendo o outro quando dizemos que o compreendemos.

A compreensão traz então, efetivamente, a marca de uma *relação intersubjetiva* entre sujeito falante e sujeito interpretante numa relação assimétrica entre o que um quis significar (o *sentido intencional*) e o que o outro interpreta (*sentido reconstruído*), o que remete à distinção que sempre defendemos entre o *efeito visado* pelo sujeito falante e o *efeito produzido* e construído pelo sujeito interpretante<sup>45</sup>. Assim sendo, todo ato de linguagem é o resultado de uma *co-construção de sentido*, pelo fato de haver, aí, o encontro entre duas intencionalidades de sentido. Por conseguinte, um mesmo enunciado é suscetível de receber várias significações que não são

---

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 38-39.

<sup>42</sup> Recanati, F. (2008), p. 260.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

<sup>44</sup> Foucault, M. (1969), p. 127.

<sup>45</sup> Cf. Charaudeau, P. (2006), p. 15-39.

necessariamente previstas pelo sujeito falante, e essas significações podem variar segundo a natureza e o *status* do sujeito interpretante.

Um exemplo vivido: Tendo sido chamado a dar minha opinião a amigos hispanófonos sobre a situação política da Catalunha da qual uma parte reivindica a independência, eu havia declarado: “Eu que sempre defendi o plurilinguismo e o pluriculturalismo, me sinto desconfortável diante de desejos de hegemonia nacionalista e linguística”. Os interlocutores não catalães aprovaram minha declaração interpretando-a como visando unicamente o nacionalismo catalão; os interlocutores catalães a aprovaram interpretando-a como visando unicamente o nacionalismo espanhol; e, no entanto minha declaração visava os dois nacionalismos. Isso nos levará mais tarde a considerar a interpretação segundo o *status* do sujeito interpretante. No momento, constatamos que, pelo fato de existir a relação intersubjetiva, o interpretante constrói sentido em função dos dados de que dispõe, através de suas próprias referências de saberes, e sua própria sensibilidade.

Todo enunciado, então, é pleno de potencialidades de sentidos, o que, de nossa parte, chamamos de *possíveis interpretativos* que o sujeito analisante faz emergir da diversidade semântica. Aproximamo-nos nisso do ponto de vista de Nietzsche e da hermenêutica pós-moderna que diz que a interpretação é plural, com Gadamer e Schleiermacher chegando ao ponto de dizer que se trata de compreender um autor melhor do que ele próprio teria compreendido a si mesmo, e de fazer desse processo de interpretação um “processo ilimitado”<sup>46</sup>. Isso corresponde também ao que diz Umberto Eco a respeito da literatura: “[...] o receptor seleciona a mensagem e aí introduz uma probabilidade que aí se encontra, certamente entre muitas outras, mas respeitando uma liberdade de escolha.”<sup>47</sup>.

Se, neste momento, ligam-se as diversas distinções entre sentido de enunciado / sentido de enunciação, sentido de língua / sentido de discurso, sentido semântico / sentido pragmático, com as diferentes posições da hermenêutica moderna – a qual distingue a *interpretação gramatical* que visa o conhecimento da língua e a *interpretação técnica* que resulta de uma reconstrução do discurso (Schleiermacher),

---

<sup>46</sup> Cf. Marchand, S. (2010), p. 15.

<sup>47</sup> Eco, U. (1992), p. 26.

compreensão objetiva / compreensão subjetiva (Gadamer, Habermas), compreensão de pertencimento / compreensão distanciada (Ricoeur) – pode-se colocar o seguinte: se a compreensão é *in fine impossível de captar* em sua totalidade, um inefável, há, entretanto, dois níveis de compreensão. O primeiro corresponde ao nível de uma *compreensão do sentido* que se dirá literal, explícita, possivelmente compartilhada por todo sujeito que tenha conhecimento da língua. O segundo diz respeito ao nível de uma *compreensão da significação* que se dirá indireta, específica das circunstâncias de produção e de recepção do ato de linguagem.

A *compreensão literal do sentido* é obtida ao término de uma atividade interpretativa que se baseia em elementos categorizados e repertoriados nos sistemas de uma língua (gramática e dicionário), resultado de uma decodificação do sentido que se considera compartilhado pelo locutor e pelo interlocutor, assim como por qualquer sujeito que possua a mesma língua e se ache no lugar destes. Trata-se de uma “compreensão habitual” para a qual: “Nada pode ter sido dito com o propósito de que os ouvintes não pudessem compreendê-lo”.<sup>48</sup> Este sentido é obtido no âmbito de uma semântica do enunciado, fora de contexto, um sentido de algum modo autoconstruído, ao qual falta sua enunciação. Pode-se chamá-lo de sentido *de língua* em oposição a sentido de discurso. O sentido construído pode ser chamado de *literal e objetivo*<sup>49</sup>. Ele é da ordem do *provável*<sup>50</sup>.

A *compreensão específica do sentido* é obtida ao final de uma atividade interpretativa que se dá através de relações estabelecidas entre componentes do enunciado com outros elementos que lhe são externos, e dos quais depende: o contexto discursivo e a situação na qual é produzido o enunciado. Neste nível de compreensão, trata-se de uma *especificidade do sentido* que se liga às características do ato de enunciação, da identidade dos sujeitos, dos saberes compartilhados entre eles e das circunstâncias da relação comunicativa: um sentido específico inferido, melhor dizendo, um *sentido de discurso*, que se chamará de *significação*. A significação é intersubjetiva, aberta, variável e plural. Ela não é

---

<sup>48</sup> Schleiermacher, F. (1989), p. 31.

<sup>49</sup> *Objetivo*: o sentido é compartilhado por todos os locutores que possuem a mesma língua.

<sup>50</sup> *Provável*: o sentido pode ser objeto de alguns erros, em razão de possíveis ambiguidades devidas à polissemia linguística (ver adiante, “inferências centrípetas internas”).

categorizável nem repertoriável *a priori* (não se pode prever o sentido fora de contexto) como o sentido de língua, pois é sempre dependente de outra coisa, de algo externo ao enunciado. E isso intervém no próprio ato de enunciação em função da relação que se instaura entre os parceiros do ato de linguagem, o que leva Roland Barthes a dizer que significar, é ao mesmo tempo “significar alguma coisa e significar alguma coisa a alguém”<sup>51</sup>. Assim, a compreensão específica é da ordem do *plausível*<sup>52</sup>.

A interpretação do sentido é então necessária, mas não suficiente, para permitir ao receptor determinar, através do ato de fala realizado, a intenção comunicativa do locutor. É preciso acrescentar, à interpretação do sentido, a interpretação da significação, pois, como diz François Rastier, “Se consideramos que as línguas não são simplesmente um espelho do mundo ou da mente... (é preciso) reconhecer evidências: ‘as situações de comunicação’ têm uma incidência determinante sobre as mensagens linguísticas”<sup>53</sup>. As duas são, entretanto, complementares, isto é, a primeira se dando como a possibilidade da segunda que nela se inscreve. O sentido de língua não pode pretender dar conta do sentido dos atos de linguagem produzidos em situação de comunicação real; este sentido precisa ser completado pelo sentido de discurso, pela significação. O sentido do enunciado é da ordem da *predicação*, enquanto a significação do enunciado é da ordem da *problematização* (“de que se trata?”), como se entende neste exemplo: A — “Eu te repito que estou enrascado. Não tenho como pagar meu aluguel. Você entende?” B — “O que eu entendo é que você está me pedindo para te emprestar dinheiro.”

Isto está de acordo com o ponto de vista de Recanati, que, como dissemos, distingue a *interpretação semântica* – que “é composicional e está relacionada a um cálculo, [...] o sentido literal do enunciado [sendo] calculável a partir do sentido dos constituintes e da maneira pela qual são combinados” – e a *interpretação pragmática* – que “procede de maneira a [...] compreender as *intenções* do agente e a

---

<sup>51</sup> Barthes, R. (1975), p. 169.

<sup>52</sup> *Plausível*: o sentido é da ordem de uma “verossimilhança” que depende da relação particular que se instaura entre o interpretante, o locutor e o ato de linguagem interpretado.

<sup>53</sup> Rastier, F. (2015).

determinar contextualmente as razões pelas quais o comunicador diz o que diz”<sup>54</sup>. Do mesmo modo, Gardiner afirma: “Assim, a totalidade da situação, inclusive a natureza da coisa à qual as palavras se referem, deve sempre ser levada em consideração para determinar a qualidade frástica, e a interpretação do ouvinte se baseia sempre num raciocínio”<sup>55</sup>. Assim sendo, pode-se dizer que interpretar é “considerar ao mesmo tempo” os índices de sentido para deles tirar hipóteses de significação.

## 5. Das operações interpretativas por inferência

### 5.1 A inferência

A inferência é uma operação definida de maneiras diversas: “Toda operação pela qual se admite uma proposição cuja verdade não é conhecida diretamente, em virtude de sua ligação com outras proposições já consideradas verdadeiras”<sup>56</sup>; “Processo lógico pelo qual se parte de um certo número de premissas para chegar a uma conclusão”<sup>57</sup>. De maneira geral, pode-se dizer que a inferência é uma operação mental que consiste em “tirar uma conclusão ou uma consequência a partir da observação de um fato, de um acontecimento ou de um enunciado”<sup>58</sup>.

Mais particularmente, tratando-se da linguagem, é uma operação de raciocínio que consiste em “admitir uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já tidas como verdadeiras”<sup>59</sup>, ou em passar de uma (ou várias) premissa(s) a uma conclusão, como o fazem os silogismos. E generalizando para todas as operações de interpretação dos atos de linguagem, dir-se-á que se trata de um mecanismo cognitivo pelo qual o receptor de uma mensagem interpreta, a partir de um ato de linguagem dado, um sentido que ele tira dos elementos que foram enunciados, seja combinando-os entre si, seja apelando para dados da vizinhança linguística e para saberes sobre os interlocutores.

---

<sup>54</sup> Recanati, F. (2008), p. 260.

<sup>55</sup> Gardiner, A.H. *op. cit.*, p. 175-176.

<sup>56</sup> Lalande, A. *op. cit.*

<sup>57</sup> Godin, C. *op. cit.*

<sup>58</sup> *Ibidem.*

<sup>59</sup> Dicionário *Le Petit Robert*, 2009.

Sabe-se, além disso, que a inferência não é uma garantia de verdade. Ela é um processo que chega a uma conclusão cujas premissas podem ser falsas, e essa conclusão pode ser uma generalização abusiva ou uma simples hipótese mais ou menos provável. Interpretar é, pois, para um sujeito em situação de receptor, tirar sentido e uma significação em função dos diferentes dados de que dispõe para chegar a uma compreensão subjetiva, a partir dos enunciados explícitos recebidos. Trata-se então de relacionar elementos internos e externos ao enunciado, segundo dois modos: um que se dá no interior do enunciado, que se chamará de *inferência centrípeta interna* construindo sentido; o outro que se opera com o que se encontra no exterior do enunciado, que se chamará de *inferência centrífuga externa* construindo a *significação*.

## **5.2 O sentido e as inferências centrípetas internas**

O sentido se obtém com o auxílio de inferências que se operam a partir dos componentes do enunciado, por diferença negativa (*in absentia*) sobre o eixo das oposições paradigmáticas, e por combinação entre os coocorrentes (*in praesentia*) no eixo sintagmático, segundo as regras do sistema da língua utilizada. Por exemplo, um enunciado como “Eu tenho trinta anos” será compreendido como “eu tenho trinta anos”, ao término de operações de diferenciação que permitem entender: que “Eu” não é “Você”, “tenho” não é “tem” nem “tinha”, “trinta” não é “três” nem “quarenta”, “ano” não é “mês” nem “século”, e que, pelo fato da combinação entre essas palavras gramaticais e lexicais, o sujeito falante se atribui uma certa idade. Trata-se aí da construção do sentido *de língua* que resulta de inferências centrípetas, porque elas se dão no interior do enunciado e de sua vizinhança imediata; por essa razão, pode-se também chamá-las de *inferências estruturais*.

De maneira geral, é esse tipo de inferências que permite desambiguar os enunciados cujas palavras apresentem polissemia. Por exemplo, em francês, uma palavra como “canard” [pato], que pode significar “animal vivo”, “prato cozido”, “jornal”, “falsa notícia”, será desambiguizada pela relação com outras palavras do enunciado: “J’ai mangé un confit de canard” [Comi um pato assado]. Pode-se,

entretanto, estender essas operações ao antes e ao depois do enunciado considerado, o que se chama de contexto, mas que se encontra em continuidade com o enunciado, em copresença mais ou menos próxima, e sem levar em conta o exterior do ato de enunciação. Por exemplo, no diálogo em que A diz “Esta estrela acaba de apagar”, e B lhe pergunta “Onde?”, é pela resposta “Em Hollywood” que se produz a desambiguação. Do mesmo modo, se considerarmos o enunciado “Ele não podia falar”, precisaremos de elementos das réplicas precedentes para saber se “não poder” deve ser interpretado como “incapacidade permanente física” (ele é mudo), “incapacidade passageira psicológica” (ele está aterrorizado), ou “autocensura” (ele não se autoriza).

### **5.3 A significação e as inferências centrífugas externas**

A *significação* se obtém com o auxílio de inferências que se operam a partir de elementos exteriores ao enunciado, o que não exclui que esses elementos se apresentem ocasionalmente sob a forma de marcas linguísticas. Mas estes elementos se encontram destacados da continuidade sequencial do enunciado. Tais elementos, que constituem a vizinhança ou contexto psico-sócio-semiológico do ato de linguagem, são portadores de sentido, e é sua convergência que permitirá fazer hipóteses de interpretação.

Por exemplo, retomando o enunciado citado anteriormente, “Eu tenho trinta anos”, nada permite compreender ao término das inferências internas se o sujeito falante quer significar que ele é “jovem” ou “velho”. Por outro lado, se o interlocutor sabe que o sujeito falante é um atleta que deixará a competição de alto nível, poderá inferir que este está significando: “Eu estou velho demais”. E se esse mesmo enunciado é pronunciado por um empregado que acaba de ser despedido de sua empresa, o interlocutor poderá inferir a significação: “Eu sou jovem ainda”. Nos dois casos, o sujeito interpretante, para reconstruir essas significações, põe o enunciado e seu sentido em relação com o que ele sabe do sujeito falante (um atleta, um empregado), e o que sabe sobre o limite de idade na competição esportiva ou sobre as situações do emprego. Trata-se aí da construção do sentido de discurso, ou

*significação*, que resulta de inferências centrífugas, porque elas se fazem em relação com o que se encontra no exterior do enunciado. Além disso, pode-se distinguir dois tipos de inferências centrífugas segundo a natureza deste exterior: inferências *situacionais* e inferências *interdiscursivas*.

#### 5.4 As inferências situacionais

Todo ato de linguagem se produz em situação, entre um sujeito falante e um interlocutor. Quaisquer que sejam as configurações nas quais eles efetuam trocas, esses parceiros estão ligados pelo conhecimento que podem ter uns sobre os outros, pela finalidade da troca e pelas circunstâncias materiais nas quais eles trocam. Tudo isso constitui o que chamamos de um *contrato de comunicação*<sup>60</sup>. Este contrato depende então do que se sabe sobre a *identidade* dos parceiros do ato de linguagem (quem se dirige a quem)<sup>61</sup>, sobre a *visada discursiva* (prescrição, solicitação, incitação *etc.*)<sup>62</sup>, sobre o *dispositivo* de troca (suporte oral /escrito, tipos de presença, localizações *etc.*). O contrato de comunicação é composto de um conjunto de restrições que intervêm no ato de enunciação e sobredeterminam os parceiros da troca, constituindo uma das condições para que os interlocutores se compreendam. As inferências situacionais consistem então em ir procurar informações nesses componentes para deles tirar certas significações e assegurar uma certa intercompreensão.

- Exemplos de inferências que se baseiam na identidade:

Um pai de família chega em casa e vê seu filho de cinco anos fazendo uma pilha com as xícaras de porcelana de Limoges herdadas de sua avó, e diz calmamente: “Ué, eu não sabia que as xícaras da vovó eram brinquedo!” E o menino recoloca as xícaras no armário. Entretanto, não se trata de enunciado injuntivo ou cominatório, e assim mesmo é interpretado pela criança como uma ordem, ou pelo menos como uma advertência. A inferência terá sido feita levando em conta a

---

<sup>60</sup> Cf. Charaudeau, P. (2006).

<sup>61</sup> Cf. sobre isto os trabalhos de Catherine Kerbrat-Orecchioni, de 1990 e 1992.

<sup>62</sup> Cf. Charaudeau, P. (2004).

posição de autoridade do pai. Trata-se de um aspecto da identidade do pai que é levado em conta.

O perfumista Jean-Paul Guerlain foi entrevistado num programa de televisão; à jornalista que lhe perguntou como ele teve a ideia de fabricar perfumes, respondeu que, quando jovem, queria seduzir uma moça, e acrescenta: “Pela primeira vez, eu me pus a trabalhar como um negro. Não sei se os negros sempre trabalharam tanto assim, mas ...”. Denunciado pelo MRAP [Movimento contra o Racismo e pela Amizade entre os Povos], pela LICRA [Liga Internacional Contra o Racismo e o Antissemitismo] e pelo SOS racismo, ele foi condenado a pagar uma multa de 6.000 euros por injúria racial, pelo fato de que não era um humorista profissional e de que a jurisprudência somente protege as declarações difamatórias caso aquele que as faça exerça a profissão de humorista e esteja em situação de espetáculo humorístico. Os juízes fizeram uma inferência levando em conta o *status* do sujeito falante.

Esse tipo de inferência é observado pelas experimentações da psicologia social que mostram que os indivíduos interpretam os textos e atos de linguagem de acordo com o que sabem daquele que os produz. Efetivamente, um enunciado como “Somos favoráveis à defesa da laicidade” não pode ser interpretado do mesmo modo, se a personalidade política que o produz pertence a um partido de esquerda, de direita, de extrema esquerda ou de extrema direita. Do mesmo modo, para saber o que significa o enunciado citado por Freud “Este é mais um belo dia que começa” e compreender a ironia, é necessário colocá-lo em relação com a identidade de quem fala e com a situação que vivencia no momento da enunciação: “um condenado à morte que é conduzido ao cadafalso”.

- Exemplos de inferências a partir do conhecimento do contrato de troca

Reconhecer a qual gênero discursivo um texto pertence, é fazer uma inferência sobre a finalidade do contrato de comunicação. O enunciado “Como viver juntos” não pode ser interpretado da mesma maneira se o contrato de comunicação (o gênero) é o de uma publicidade da Coca-Cola, de um manifesto político ou de uma crônica numa tribuna jornalística após um atentado. Quanto a Benetton, que desenvolveu sua campanha publicitária com cartazes relacionados a campanhas humanitárias

(igualdade das raças, igualdade dos sexos, denúncia das guerras *etc.*), pode-se dizer que ela comete, para com o público, uma fraude, porque, se o público faz inferências levando em conta o contrato-gênero, constatará que a Benetton faz passar por campanha humanitária o que é uma campanha publicitária para vender roupas.

- Exemplos de inferências a partir das circunstâncias materiais da comunicação

Toda troca discursiva em cima de um palco com a existência de um público (presente fisicamente ou não) obriga a levar em conta, no momento de fazer inferências, o que se imagina do destinatário dos propósitos enunciados: se eles são dirigidos ao interlocutor presente, ou se, mesmo direcionados ao interlocutor, visem a um terceiro presente ou ausente, ou ainda ao público a quem se quer transmitir uma certa opinião. Isso equivale a dizer que o *dispositivo* que organiza a troca traz coerções que devem ser levadas em conta para interpretar os propósitos de uns e de outros. Os debates políticos na televisão demonstram isso, como no debate da eleição presidencial de 2012 entre Nicolas Sarkozy e François Hollande. O primeiro multiplica as declarações do tipo “[...] Primeiramente o senhor Hollande conhece mal a Europa [...]. E ele não sabe que na Europa não se produzem ucasses<sup>63</sup>”, tentando dar a entender ao público a incompetência de seu adversário. Nesses debates, os protagonistas se esforçam em contradizer o adversário, procurando construir, para si, aos olhos do público, um *ethos* de saber, de autoridade e de combatente.

Ao dispositivo, podem-se acrescentar os elementos de outras matérias semióticas que acompanham os textos (o *paratextual*) cuja relação permite fazer inferências significantes. Isso acontece com as histórias em quadrinhos que são interpretáveis num jogo de vaivém entre o desenho e o texto que se encontra nos balões, texto verbal escrito, transformado, por vezes, por astúcias gráficas imaginadas para exprimir emoções. O mesmo acontece com as fotos e legendas das páginas dos jornais, sendo que as fotos só podem ser compreendidas pela

---

<sup>63</sup> N. T. – no dicionário Caldas Aulete on-line, encontram-se as seguintes definições para “ucasse” em língua portuguesa:

1. Decisão arbitrária, autoritária, despótica

2. Decreto emanado do czar, na Rússia imperial

<http://www.aulete.com.br/ucasse>, acessado em 30/05/2019

orientação interpretativa das legendas, o que sucede também nas caricaturas e desenhos de imprensa. Não se poderia compreender o humor de um desenho do desenhista Côté <sup>64</sup> mostrando o Cristo carregando sua pesada cruz, sem relação com o que lhe diz um centurião num balão: “Eu bem que te disse que a liberdade de expressão tem limites!” E não se poderia compreender o alcance da pintura de Magritte sem a sua legenda “Ceci n’est pas une pipe” [Isto não é um cachimbo]. Pode-se falar nesses casos de *inferências intersemióticas*.

### 5.5 As inferências interdiscursivas

As palavras que compõem os enunciados em situação de comunicação são investidas dos sentidos que lhes são atribuídos pelos sujeitos falantes, quando de suas trocas, sentidos que atestam diferentes saberes que circulam nos grupos sociais e de que os locutores se impregnam. “Cada palavra exala a profissão, o gênero, a corrente, o partido, a obra particular, o homem particular, a geração, a idade, o dia e a hora. Cada uma exala o contexto e os contextos nos quais viveu sua vida social intensa; todas as palavras e todas as formas são habitadas por intenções” diz Bakhtin<sup>65</sup>. São saberes mais ou menos compartilhados, e quando das trocas, os sujeitos interpretantes mergulham nesses saberes para proceder a inferências. Esses saberes, por sua vez, são carregados de discursos anteriores, e é referindo-se, explicitamente ou implicitamente, conscientemente ou inconscientemente, a esses discursos selecionados por cada sujeito interpretante, que são orientadas as interpretações. Esta é uma problemática bem conhecida de *interdiscursividade*, quer receba o nome de *dialogismo* (Bakhtin), de *intertextualidade* (Genette) ou de *pertinência* (Sperber e Wilson).

Não nos propomos, aqui, a desenvolver a questão da estruturação do saber, vasta questão sempre em discussão. Mas para nosso propósito, seguindo o exemplo de Aristóteles, que opõe ciência e opinião – a ciência procedendo de “proposições necessárias” não podendo ser nada além do que são, e a opinião “aplicando-se ao

---

<sup>64</sup> Publicado em 18 de janeiro de 2015. Consultável na Internet.

<sup>65</sup> Cf. Bakhtine, M. (1984).

que, sendo verdadeiro ou falso, pode ser diferente do que é [...]”<sup>66</sup> –, postulemos que há dois tipos de saber que chamaremos de *saberes de conhecimento* e *saberes de crença*.

Os *saberes de conhecimento* tendem a estabelecer uma representação do mundo dada como verdade independente do sujeito, exterior a ele, fora de sua subjetividade e impondo-se ao sujeito por intermédio de procedimentos técnicos que podem ser reproduzidos por todo mundo; essa verdade então não pertence a nenhuma pessoa em particular, o que garante uma objetividade à qual o sujeito se submete. É o que ilustra um enunciado como “A terra gira em torno do sol.” Trata-se de um saber culto que tem a ver com a representação dos fatos e dos fenômenos do mundo, saber enunciado sob a forma de um “isto é verdade”. Estamos aqui no domínio da *episteme*, e supostamente na ordem do *provado*.

Os *saberes de crença* não têm a ver com o conhecimento de mundo, mas com avaliações, apreciações, julgamentos a respeito dos fenômenos. Estes saberes procedem do olhar que o sujeito tem a respeito do fundamento dos acontecimentos e das ações humanas; eles se encontram, pois, na subjetividade do sujeito. Não se trata mais da enunciação de um “isto é verdade”, mas de uma “verdade”, um saber interiorizado que, ao mesmo tempo, apresenta-se como compartilhado, socializado. Se o saber de conhecimento é verificável, o saber de crença não é. Ele é somente comum. O saber de crença incide sobre um valor que implica uma tomada de posição da parte do sujeito. Trata-se, aqui, do domínio da *doxa*, e da ordem do *experenciado*. Dentro dessa ordem, se fará distinção entre *saberes de opinião* e *saberes ideologizados*. Os primeiros são relativos aos julgamentos que os indivíduos fazem sobre as coisas, os acontecimentos, os seres, que, por vezes, se configuram em *estereótipos*. Os segundos representam um conjunto de ideias políticas, morais, religiosas, organizadas em sistemas de pensamentos considerados como detendo um poder explicativo, total e englobante, sobre o mundo e a atividade social, que, muitas vezes, se configuram como *doutrina*.

Saberes de conhecimento e saberes de crença alimentam e orientam a atividade inferencial dos sujeitos interpretantes.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Aristote (1987), p. 155.

- Exemplos de inferências que recorrem a saberes de opinião

Essas inferências trazem consigo não apenas julgamentos pessoais dos interpretantes, mas também julgamentos socialmente compartilhados entre os membros de uma comunidade a respeito dos acontecimentos, de suas causas, de suas consequências e de seus atores. São reveladores dos imaginários socioculturais que caracterizam cada grupo social. Isso acontece nos julgamentos que incidem sobre o outro, quando este outro é estrangeiro em relação à comunidade a que pertence. Por exemplo, os quebequenses que chamam os franceses de “baveux” [em sentido literal, “babão”, mas neste contexto remete a “bavard”, tagarela]: esta palavra só pode ser compreendida se se levar em conta um certo imaginário social quebequense que considera os franceses como “pretensiosos”; seria errôneo interpretar “baveux” como “bavard”. O mesmo ocorre com as fórmulas de polidez ou de insulto, que devem ser interpretadas em função do imaginário do grupo que as emprega, caso contrário, corre-se o risco de interpretá-las erroneamente. É grande a quantidade de estrangeiros que, tendo aprendido francês em seu país, descobrem quando chegam na França que “Merci!” significa “não”.

- Exemplos de inferências que recorrem a saberes ideologizados

Esses saberes remetem a diversos sistemas de pensamento significativos numa sociedade: por exemplo, quando se trata de livros ditos de *arrependimento* que personalidades políticas escrevem pouco antes das campanhas eleitorais com o fito de reconhecer erros do passado que dizem que serviram para aprender as lições. A interpretação do arrependimento não pode ser a mesma em uma cultura católica e em uma cultura protestante. Com efeito, os discursos portadores dos sistemas de pensamento de cada uma dessas culturas não são de natureza idêntica quanto à maneira pela qual é concebida a redenção, assim sendo, as inferências serão diferentes.

---

<sup>67</sup> Para essa questão dos *saberes* e dos *estereótipos*, ver nosso texto publicado em 2007, no livro organizado por Henri Boyer, texto disponível on-line: <http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les,98.html>

Do mesmo modo, quando se analisa o discurso populista, e que se procura saber se este é exclusivo dos partidos de extrema direita, ou se o encontramos também na extrema esquerda, somos levados a fazer inferências relacionando os propósitos dos atores de cada um desses partidos com os imaginários sócio-políticos do *progressismo* e do *conservadorismo*.

Os dados relativos às condições situacionais do ato de linguagem e à natureza dos saberes, nos quais se baseiam esses diversos tipos de inferência, coexistem e se entrelaçam na enunciação dos atos de linguagem. Isso obriga o sujeito interpretante a identificá-los ao mesmo tempo, avaliando os efeitos que produzem uns sobre os outros. Retomando o exemplo de Jean-Paul Guerlain, cujas declarações foram consideradas racistas, constata-se o entrelaçamento de inferências situacionais (uma declaração pública, um *status* de não profissional do humor) e inferências discursivas relativas aos saberes de crença que dominam na sociedade francesa a respeito do racismo.<sup>68</sup>

### **5.6 As inferências metadiscursivas epistêmicas**

As inferências metadiscursivas epistêmicas também pertencem à categoria das inferências centrífugas, mas elas operam, diferentemente, recorrendo a *saberes de conhecimento*. Elas não ocorrem no âmbito de interpretações usuais dos saberes de crença, mas no âmbito de interpretações eruditas, daí a denominação de *inferências epistêmicas*. Como dissemos acima, trata-se de um saber supostamente independente do sujeito, exterior a ele, fora de sua subjetividade e que se impõe por intermédio de procedimentos de análise reconhecidos. As inferências se fazem então a partir de categorias e de explicações estabelecidas numa certa disciplina, num vaivém entre estas e o resultado das descrições dos atos de linguagem, dos textos ou de um *corpus*. Mas pode ser também que seja necessário recorrer a conceitos e categorias de uma outra disciplina para interpretar tais resultados. Segundo as categorias e as explicações se encontrem na disciplina que prevaleceu para a

---

<sup>68</sup> Não se trata da primeira parte de sua réplica que foi reconhecida pelos juízes como uma expressão idiomática, mas da segunda parte que deslexicalizava a primeira ao mesmo tempo que alvejava a comunidade em questão.

descrição do *corpus*, ou numa outra disciplina, falaremos de inferências epistêmicas *internas* ou *externas*.

- Exemplos de inferências epistêmicas internas

Essas inferências acontecem nos casos em que os resultados de uma descrição são relacionados com o quadro teórico-metodológico que os produziu, a fim de provar ou verificar a validade dos princípios teóricos e das categorias que nortearam a análise. Desse modo, podem ser discutidos, e mesmo questionados, modelos de análise ou a definição de uma categoria em particular. É assim que Gumperz pôde fazer uma crítica à categoria do “perlocutório” dos “atos de fala”<sup>69</sup>. Assim, uma tese pôde mostrar quais eram os limites da teoria dos atos de fala, relacionando os resultados da análise de um *corpus* de trocas interlocutórias com as categorias desta teoria.

- Exemplos de inferências epistêmicas externas

Trata-se do caso em que os resultados de uma análise são confrontados com os de outras disciplinas que estudaram um objeto similar, pois uma mesma categoria recebe definições diferentes segundo a disciplina que a aborde. É o que acontece com categorias como *normas*, *representações*, *estratégias* que recebem diferentes definições na sociologia, na psicologia social, nas ciências da linguagem. Diversos colóquios e jornadas de estudos dedicados à questão da *raça* evidenciaram que os participantes (pesquisadores de biologia, história, sociologia, direito, e linguística) não faziam as mesmas inferências segundo a disciplina à qual pertenciam<sup>70</sup>. Do mesmo modo, após a análise de um *corpus* de textos políticos, e uma primeira interpretação seguindo critérios de análise do discurso, colocamos esses resultados em relação com certas hipóteses propostas pela filosofia política sobre os princípios e os valores que fundam os regimes políticos, e fizemos inferências que permitem evidenciar outros *possíveis interpretativos*.

---

<sup>69</sup> Gumperz, H. (1989), p. 28-35.

<sup>70</sup> Cf. Charaudeau, P. (2017), 3a parte, “Deux controverses sur la race”.

Concluindo esse percurso dos tipos de inferência, diremos que levar em consideração as características da situação de comunicação, dos saberes de crença e dos saberes de conhecimento, nutre as interpretações pela via da atividade inferencial.

## **6. As interpretações segundo a situação e o *status* do sujeito interpretante**

Sendo a compreensão languageira o resultado de uma relação intersubjetiva entre sujeito falante e sujeito interpretante, e sendo este participante da construção do sentido através de sua atividade interpretativa que consiste em produzir inferências, é certo que as interpretações dependem do lugar que o sujeito interpretante ocupa no dispositivo da troca, o que chamaremos de seu *status*. Entretanto, trata-se aqui do *status* enquanto sujeito languageiro sobredeterminado pelas coerções do contrato de comunicação às quais se acrescentam suas próprias características sociais e psicológicas. O *status* concerne ao sujeito interpretante, mas sem esquecer que todo locutor fala ou escreve em função das hipóteses que faz, racionalmente ou intuitivamente, sobre as possibilidades interpretativas do receptor.

### **6.1 Sobre algumas situações de interpretação**

- Interpretação em situação de diálogo interpessoal

Em situação de diálogo interpessoal, a interpretação dificilmente é previsível, pois depende das inferências feitas pelos sujeitos segundo o que sabem uns sobre os outros, o que eles supõem, o que eles imaginam, projetando suas próprias referências, sua sensibilidade, seus desejos. No enunciado “Vim a pé”, o amigo que o esperava poderá interpretar: “ele não gosta do metrô”; “sua namorada que devia trazê-lo não apareceu”; “ele não mora longe”; “ele está se desculpendo pelo atraso” *etc.* Ouvido na rua, um diálogo entre um rapaz e uma moça: Ele — “Vamos ao cinema?”; Ela — “Você não vai passar a noite comigo!”. E para saber se um enunciado como “É um intelectual!” deve ser interpretado de maneira positiva ou

negativa, será necessário colocar este enunciado em relação com a entonação, o contexto e o que se sabe do locutor que o emite.

- Interpretação em situação de reunião

Nesta situação, diversos fatores estão em jogo: as diferenças de *status* e de hierarquia entre os membros do grupo, os jogos de aliança ou de oposição entre estes, as características psicológicas de uns e de outros, que farão com que alguns falem muito ou com veemência, saibam fazer reivindicações, possam se mostrar agressivos, enquanto outros quase não intervenham, ou o façam timidamente, ou se mostrem tranquilos, pacíficos *etc.*

- Interpretação em situação de recepção de uma palavra pública

Se é um indivíduo isolado que ouve uma palavra proferida publicamente (declaração radiofônica, televisionada, ou relatada pela imprensa), suas interpretações serão pessoais, dependendo de suas próprias opiniões e de suas expectativas sobre a pessoa que fala. Se a recepção se faz em grupo, como nos comícios, nas assembleias gerais, nos espetáculos humorísticos, é difícil saber em que medida as interpretações são influenciadas pelo grupo numa espécie de efeito catártico. E, quando o grupo é encarregado da defesa de certos direitos (associações de luta contra o racismo, o antissemitismo, o sexismo *etc.*), este interpretará os propósitos em função dos princípios que fundamentam sua associação.

- Interpretação em situação de leitor

O leitor se encontra sozinho diante de seu texto. Suas interpretações serão variáveis segundo a natureza do texto e do gênero ao qual o texto pertence. Na leitura de textos antigos, se ele não tem conhecimento do contexto histórico, pode ser que projete as opiniões de seu contexto sob o risco de anacronismos; se é a leitura de textos estrangeiros traduzidos, dos quais ignore a cultura que os produziu, é seu próprio imaginário cultural que orientará suas interpretações. No caso de os textos serem publicitários ou políticos, serão sua sensibilidade e suas opiniões que guiarão suas interpretações.

## 6.2 Interpretações em situação de sujeito analisante

Faremos um tratamento à parte da situação na qual se encontra um sujeito quando analisa um texto ou um *corpus*. Mas distinguiremos, nesta posição, as do *sujeito avaliador* daquela do *sujeito pesquisador*.

O avaliador pode se achar em diversas posições de juiz: professor fazendo apreciações sobre provas escritas; membro de uma banca de tese devendo apresentar uma crítica e fazer seu julgamento; leitor de artigos científicos devendo propor uma opinião quanto à oportunidade de sua publicação; crítico de arte, de cinema, de literatura, fornecendo informações ao público e expondo sua própria apreciação. As interpretações se farão em função da posição de autoridade ocupada pelo avaliador, do lugar que ele ocupa na comunidade de seus pares, de sua própria competência e mesmo de sua subjetividade, pois ele não está isento das influências que pode sofrer em seu meio.

Quanto ao pesquisador, é um sujeito que analisa em função de uma disciplina científica. Trata-se, para ele, de “desvendar a cozinha do sentido” como diz belamente Roland Barthes<sup>71</sup>. Isto se faz num movimento duplo, *empírico-indutivo* – partindo da observação empírica dos fenômenos, para, num movimento ascendente de especulação intelectual, elaborar categorias abstratas – e *hipotético-dedutivo* – partindo das categorias estabelecidas num modelo teórico, para, num movimento descendente, aplicá-lo ao objeto estudado a fim de produzir explicações. O primeiro movimento é mais descritivo, e o segundo mais conceitual, mas os dois se interpenetram no processo do pensamento analisante. O sujeito analisante, neste duplo movimento, realizará diversos tipos de operações que se resumem simplificada em: estabelecer o objeto de análise, descrever suas características, ordenar e classificar os resultados, interpretar os resultados.

Assim sendo, a questão que se coloca é saber se ele faz interpretações em cada uma destas operações. Por exemplo, a fase do descritivo e do estabelecimento dos resultados – mesmo que seja por um tratamento estatístico – tem a ver com a

---

<sup>71</sup> Barthes, R. (1985).

interpretação? A questão está em discussão, e sabe-se que, para Nietzsche, os dados já são o resultado de processos de interpretação. Mas, de nossa parte, colocaremos que o trabalho interpretativo se faz quando se procede à relação destes resultados com outros dados diferentes: outros textos, outros *corpora*, outras disciplinas. É neste momento que se desenvolve a atividade de inferência, em que se acham as *inferências epistêmicas* de que falamos acima.

Dito isto, esse trabalho de interpretação depende dos princípios teóricos e dos procedimentos metodológicos de cada disciplina. Ele é diferente segundo se trate de uma disciplina de *corpus* (ciências da linguagem, história), de *terreno* (sociologia, antropologia), de *experimentação* (psicologia, psicologia social), de *cálculo* (economia), de *especulação* (filosofia), de *regulamentação* (o direito). É curioso constatar, quanto a isso, que os juristas consideram que a interpretação segue um movimento inverso ao das disciplinas literárias: “Assim, no direito, fala-se frequentemente de ‘interpretação’ para designar a aplicação de uma norma geral a um caso particular. Em literatura, inversamente, designa-se deste modo as abstrações, as reflexões gerais desenvolvidas a partir de um texto, [pois se trata de] chegar à solução justa para cada caso específico”<sup>72</sup>. Além disso, pelo fato de que diversas correntes teóricas atravessam uma mesma disciplina, as interpretações apontarão para cada uma dessas correntes (marxismo, estruturalismo, construtivismo, freudismo / lacanismo *etc.*).

## Conclusão

Assim sendo, a interpretação não é um resultado, mas um processo, como diz Nietzsche. É um processo cuja variedade segue um certo número de parâmetros. Entretanto, contrariamente à ordem de apresentação que se fez aqui, é preciso começar por distinguir os *status* lingüísticos dos sujeitos que interpretam: os sujeitos da vida social em diversas situações interpessoais nas quais são levados a assumir certos papéis (discussão, leitura, avaliação); os sujeitos analisantes cujas interpretações dependem das disciplinas e das correntes teóricas. Só depois, pode-

---

<sup>72</sup> Hochmann, T. *op. cit.*, p. 23.

se examinar a natureza do processo interpretativo segundo a categoria de inferência (estrutural, situacional, interdiscursiva, epistêmica) que estes sujeitos utilizam.

Resta a questão de saber se é possível declarar que há interpretações falsas, ou incorretas; se algumas são mais exatas do que outras, e se é possível estabelecer uma hierarquia entre elas. Pois se estimarmos que há interpretações somente dos fenômenos humanos, e que elas são infinitas, a questão que se coloca é saber se há interpretações mais justas do que outras. Lembremos que, para Derrida, se as interpretações se apresentam sem hierarquia *absoluta*, para Nietzsche, que afirma a mesma coisa, pode-se diferenciar as interpretações segundo seu grau de coerência. Pode-se dizer que, no que concerne às interpretações dos sujeitos sociais, não há possibilidade de concluir-se pela falsidade de uma interpretação nem estabelecer uma hierarquia. São os próprios atores sociais que, em suas interações, julgam as interpretações segundo sua própria razão e paixão. Se não concordo com a análise crítica de um filme, não é por isso que posso dizer que está errada, mas posso dizer, como costuma acontecer: “Não vimos o mesmo filme”.

Por outro lado, pode-se afirmar, no que concerne à posição do sujeito analisante, que algumas interpretações são mais procedentes que outras. É o que Nietzsche chama de “a potência” de uma interpretação pela qualidade dos detalhes e por trazer algo de novo.<sup>73</sup> No que nos concerne, adotaremos o critério de *coerência*, pois é possível avaliar o grau de coerência de uma interpretação, relacionando-a aos instrumentos de que uma disciplina dispõe para a análise. E nesta circunstância, podem-se apontar alguns casos de riscos que se apresentam no momento da interpretação. O risco de *anacronismo*, quando se fazem inferências com base em dados do contexto contemporâneo do sujeito analisante, sem tomar a precaução de se referir às do contexto da época do texto; também, corre-se o risco de *anatopismo*, quando não são levadas em conta as características do contexto cultural. O risco de *absolutismo*, quando o sujeito analisante estima que diante dos instrumentos de análise empregados, sua interpretação é mais autêntica ou mais justa, enquanto se

---

<sup>73</sup> Wotling, P. *op. cit.*, p. 178-182.

trata da análise segundo um determinado ponto de vista.<sup>74</sup> Isso é bem conhecido nas ciências da linguagem: uma análise filológica terá sua própria coerência que não pode ser considerada superior a uma análise estrutural, gerativa, discursiva ou pragmática. Do mesmo modo, na análise de textos literários, assistiu-se a controvérsias entre os defensores de uma análise que procura remontar às intenções do autor,<sup>75</sup> os que se atêm à estrutura do texto,<sup>76</sup> e os que se propõem a levar em conta o condicionamento sociológico da época do texto.<sup>77</sup> Há ainda o risco de uma interpretação finalista que consiste em desqualificar os pressupostos teórico-ideológicos da análise, como no caso das interpretações *doutrinárias* que são guiadas pelo desejo de justificar a teoria em nome da qual a análise é feita.<sup>78</sup> Enfim, é preciso também evocar o risco de interpretação por *imputação de intenção* que consiste, principalmente quanto à posição de sujeito avaliador, em fazer inferências em função do que se acredita saber do autor projetando *apriorismos* favoráveis (*superestima*) ou desfavoráveis (*subestima*), o que se dá quando se trata de analisar discursos políticos ou propósitos julgados infamantes. Trata-se do combate entre subjetividade e objetividade, o que implica questionar o que deve ser a postura do pesquisador ou do crítico. Mas isto deve ser tratado num outro debate.

\* \* \*

Tradução: Angela M. S. Corrêa  
Revisão: Lúcia Helena Martins Gouvêa

---

<sup>74</sup> Uma vez mais, remeto à minha análise da noção de *raça*, em *Le Débat public*, p. 201-224, na qual são apresentados diferentes pontos de vista sobre essa noção.

<sup>75</sup> Ver a esse respeito, o que diz Gérard Genette, em *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987, p. 411.

<sup>76</sup> Ver a polêmica que opôs Roland Barthes a Raymond Picard a respeito da interpretação dos textos e do método de análise das obras de Racine.

<sup>77</sup> Ver a “Socio-crítica” dos anos 1970, com Claude Duchet, na esteira de Georg Lukács e Lucien Goldmann.

<sup>78</sup> Ver Suhamy, A. (2013), p. 55-57

## Obras citadas

ARISTOTE. *Organon IV*, Paris: Vrin. 1987

ARZOUMANOV, Anna; LATIL, Arnaud; SARFATI-LANTER Judith (dir.). *Le démon de la catégorie. Retour sur la qualification en droit et en littérature*. Paris: Mare & Martin. 2017.

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck, 1951.

BAKHTINE, Mikhaïl. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1984.

BARTHES, Roland. *Roland Barthes par Roland Barthes*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

BARTHES, Roland. *L'aventure sémiologique*. Paris: Éditions du Seuil, 1985.

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

BENVENISTE, Emile, L'appareil formel de l'énonciation. *Langages*, Paris, n° 17, p. 12-18, 1970. Republicado em *Problèmes de linguistique générale*, tome II. Paris: Gallimard, 1974. p.79– 88.

BERNER, Christian. Interpréter est un art les grandes lignes de l'herméneutique de Schleiermacher. In Wotling, P. (dir.). *L'Interprétation*. Paris: Vrin, 2010. p. 63-84.,

CHARAUDEAU, Patrick. Le contrat de communication dans une perspective langagière: contraintes psychosociales et contraintes discursives. In: BROMBERG, Marcel; TROGNON, Alain (dir.). *Psychologie sociale et communication*. Paris: Dunod, 2004. p. 109-120. Disponível também em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Le-contrat-de-communication-dans,89.html>

CHARAUDEAU Patrick. Pour une interdisciplinarité focalisée dans les sciences humaines et sociales. *Questions de communication*, Nancy, n° 17, p. 195-222, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. Un modèle socio-communicationnel du discours. Entre situation de communication et stratégies d'individuation. In: MIÈGE, Bernard (dir.), *Médias et Culture. Discours, outils de communication, pratiques: quelle(s) pragmatique(s)?* Paris: L'Harmattan, 2006. p. 15-39. Disponível também em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Un-modele-socio-communicationnel.html>.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In: Henri Boyer (dir.). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 49-63. Disponível também em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les,98.html>.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le Débat public. Entre controverse et polémique*. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

DENAT, Céline; WOTLING, Patrick (dir.). *Dictionnaire Nietzsche*. Paris: Ellipses, 2013.

DERRIDA, Jacques. *L'Écriture et la Différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967,

DERRIDA, Jacques. Questions à Gadamer. *Revue Internationale de philosophie*, Bruxelles, n° 151, p. 341-343, 1984.

DILTHEY, Wilhem. Origines et développement de l'herméneutique. In: \_\_\_\_\_. *Le Monde de l'esprit*. Paris: Aubier, 1947. p. 313-340.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1972,

ECO, Umberto. *Les Limites de l'interprétation*. Paris: Grasset, 1992,

FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

GADAMER, Hans-Georg. *Vérité et Méthode*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

GARDINER, Alan Henderson. *Langage et acte de langage. Aux sources de la pragmatique*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1989.

GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

GODIN, Christian. *Dictionnaire de philosophie*. Paris: Fayard, 2004.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÈS, Joseph. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.

GRONDIN, Jean. *L'Herméneutique*. Paris: Puf, 2006.

GUMPERZ, John J. *Sociolinguistique interactionnelle. Une approche interprétative*. Paris: L'Harmattan, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Logique des sciences sociales et autres essais*. Paris: Puf, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicatif*. Paris: Fayard, 2001.

HEIDEGGER, Martin. *Être et Temps*. Paris: Gallimard, 1986.

HOCHMANN, Thomas. Y a-t-il une loi dans ce tribunal ? "Radicalisation autodestructrice" à propos de l'interprétation. In: ARZOUMANOV, Anna; LATIL, Arnaud; SARFATI-LANTER, Judith (dir.). *Le Démon de la catégorie. Retour sur la qualification en droit et en littérature*. Paris: Mare & Martin, 2017, p. 23-45.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les Interactions verbales*. t. I, Paris: Armand Colin, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les Interactions verbales*. t. II, Paris: Armand Colin, 1992.

LALANDE, André. *Vocabulaire critique et technique de la philosophie*. Paris: Puf, 1997.

MARCHAND, Stéphane. Saint Augustin et l'éthique de l'interprétation. In: WOTLING, Patrick (dir.). *L'Interprétation*. Paris: Vrin, 2010. p. 11-36.

MOESCHLER, Jacques; REBOUL, Anne. *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

NIETZSCHE, Friedrich. *Fragments posthumes*. In: \_\_\_\_\_. *OEuvres philosophiques complètes*. Paris: Gallimard, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. *La Volonté de puissance*. t. II, Paris: Gallimard, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *Le Gai Savoir*. In: LACOSTE, Jean; LE RIDER, Jacques (éds). *Oeuvres*. Paris: Robert Laffont, 1993.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: Puf, 2015.

RECANATI, François. *Philosophie du langage (et de l'esprit)*. Paris: Gallimard, 2008.

RESWEBER, Jean-Paul. Les enjeux de l'interdisciplinarité. *Questions de communication*, Nancy, n° 19, p. 171-199, 2011.

REY Alain, *Dicionário histórico de la língua francesa*, Paris: Le Robert, 1994.

RICOEUR Paul, *Le Conflit des interpretações*, Paris: Éditions du Seuil, 1969.

RICOEUR Paul, *Du texte à a ação*, Paris: Éditions du Seuil, 1986.

RICOEUR Paul, *Temps e récit*, t. III, Paris: Éditions du Seuil, 1990.

RORTY, Richard. *L'Homme spéculaire*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. *L'Herméneutique*. Paris: Le Cerf-PUL, 1989.

STRAWSON, Peter Frederick. Phrase et acte de parole. *Langages*, Paris, n° 17, p. 19-33, 1970.

SUHAMY Ariel, Sens et vérité: L'interprétation selon Spinoza. In: DENAT, Céline; WOTLING, Patrick (dir.). *Dictionnaire Nietzsche*. Paris: Ellipses, 2013. p. 55-57.

TROPER, Michel. *La Théorie du droit, le droit, l'État*. Paris: Puf, 2001.

VATTIMO, Gianni. *Éthique et Interprétation*. Paris: La Découverte, 1991.

WOTLING. Patrick. *L'Interprétation*. Paris: Vrin, 2010.